



portalbenews.com.br

RIO GRANDE DO SUL Passagens aéreas comerciais para Canoas começam a ser vendidas hoje ▶ **p4**

RIO GRANDE DO SUL Governo emite alerta para “inundação severa” em vários municípios do estado ▶ **p5**

Miguel ngelo/CNI via Agência Brasil



Setor siderúrgico anuncia R\$ 100 bi em investimentos

Expectativa do Governo é de que a iniciativa melhore a competitividade, promova a descarbonização e gere empregos e renda ▶ **p3**

Angelina Guedes/Ascom MPor



NOVA PISTA PLANALTO-SANTOS Frente Parlamentar é lançada e Governo de SP estima conclusão para 2030 ▶ **p7**

CÂMARA Comissão de Viação e Transportes debate burocracia no setor portuário ▶ **p3**

RIO DE JANEIRO Sindicato dos Portuários classifica projeto do Parque do Porto como “irreal” ▶ **p6**

SOPESP Sindicato lança programa de TV com transmissão pela TV BE News ▶ **p6**

EDITORIAL

Descarbonização: compromisso com o presente e com o futuro

A instauração de um grupo de trabalho do Plano Setorial de Mitigação de Gases de Efeito Estufa para o setor industrial, pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), representa um passo importante na trajetória do Brasil rumo à neutralidade climática. A medida foi oficializada durante a reunião do Comitê Técnico da Indústria de Baixo Carbono do Governo Federal, ocorrida no último dia 17, quando se destacou a urgência de descarbonizar setores estratégicos da economia, como a indústria.

A participação de representantes da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e das federações das indústrias dos estados de São Paulo (Fiesp) e Minas Gerais (Fiemg), juntamente com os seis setores industriais que mais emitem gases de efeito estufa, reflete um compromisso necessário e ambicioso. Segmentos como cimento, papel e celulose, alumínio, aço, química e vidro, que respondem por 85% das emissões industriais, têm um papel vital na concretização das metas de descarbonização.

A descarbonização das atividades econômicas não é apenas uma questão ambiental, mas uma estratégia econômica inteligente. A transição para uma economia de baixo carbono pode estimular a inovação, promover o desenvolvimento tecnológico e criar novas oportunidades de emprego. Além disso, o alinhamento com os compromissos do Acordo de Paris fortalece a posição do Brasil no cenário internacional, demonstrando liderança e responsabilidade.

No setor industrial, a redução das emissões de gases de efeito estufa requer investimentos em tecnologias limpas, melhorias nos processos produtivos e a adoção de práticas sustentáveis. A eficiência energética e a utilização de fontes renováveis de energia são caminhos viáveis e necessários para atingir essas metas. A colaboração entre o Governo e a iniciativa privada, como promovido pelo grupo de trabalho, é fundamental para garantir que essas soluções sejam aplicáveis e economicamente viáveis.

Esse esforço não deve se limitar ao mercado industrial. No de transportes, que é outro grande emissor de gases de efeito estufa, a descarbonização envolve a promoção de modais de transporte mais sustentáveis, como ferrovias e hidrovias, além do incentivo ao uso de veículos elétricos e a implementação de políticas públicas que favoreçam a mobilidade urbana sustentável. A integração de tecnologias inteligentes de transporte pode reduzir significativamente as emissões, melhorando a qualidade do ar nas cidades e contribuindo para a saúde pública.

O compromisso do Brasil com a redução das emissões de gases de efeito estufa deve ser robusto e contínuo. Nesse cenário, a descarbonização dos setores industriais e de transportes é essencial para mitigar os efeitos das mudanças climáticas e assegurar um futuro sustentável para as próximas gerações. A implementação de políticas eficazes e o engajamento de todos os setores da economia são fundamentais para alcançar esses objetivos e fortalecer o compromisso do Brasil com a sustentabilidade ambiental.

NESTA EDIÇÃO



▲ MANCHETE

3 Após medidas do Governo, setor siderúrgico anuncia R\$ 102 bi em investimentos

HUB

3 Governo Federal zera o imposto de importação para três tipos de arroz

NACIONAL

3 Comissão da Câmara debate burocracia no setor portuário

4 Passagens aéreas comerciais para Canoas começam a ser vendidas hoje

REGIÃO SUL

5 Governo emite alerta para "inundação severa" em municípios do RS

NACIONAL

5 Governo instala Grupo de Trabalho para debater descarbonização da indústria

REGIÃO SUDESTE

6 Sindicato dos Portuários do Rio classifica Parque do Porto como "irreal"

Sopesp lança programa de TV com transmissão pela TV BE News

7 Nova pista da Imigrantes deverá ser concluída em meados de 2030, diz secretário



Sistema BE News de Comunicação

Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar,
São Paulo, São Paulo
01404-200, BR

Sucursal Brasília
SRTVS Quadra 701, bloco O, nº 110
Edifício Multiempresarial, sala 520,
Bairro Asa Sul
Brasília, Distrito Federal
70340-000, BR

Sucursal Santos
Rua Brás Cubas, 37, Sala 11
Santos, São Paulo
11013-919, BR

Diretor-presidente

Fabício Julião

Diretor-superintendente

Márcio Delfim

Diretora administrativo-financeira

Jacyara Lima

Diretor-geral

Leopoldo Figueiredo

Diretora comercial

Roberta Riccioppo

Editor-executivo - Jornal BE News

Alexandre Fernandes

Editora-executiva - Portal BE News

Vanessa Pimentel

Editor-executivo - TV BE News

Gustavo Zanaroli

Editora de Arte - Jornal BE News

Mônica Mathias

Equipe de reportagem

Cássio Lyra, Marília Sena, Paulo José Ribeiro,
Yousefe Sipp e Vitória Malafati (estagiária)

Colunistas

Cândice La Terza e Ivani Cardoso

FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR

Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para atendimento@redebenews.com.br

INSCREVA-SE

Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em www.portalbenews.com.br

PUBLICIDADE

publicidade@redebenews.com.br

 (11) 91615.1200



LEOPOLDO FIGUEIREDO
E COLABORADORES
leopoldo.figueiredo@redebeneews.com.br

Imposto zerado 1

A Câmara de Comércio Exterior (Camex) do Governo Federal zerou o imposto de importação para três tipos de arroz.

A medida foi aprovada em reunião extraordinária do Comitê Executivo de Gestão (Gecex) da Camex nessa segunda-feira (20), favorecendo dois tipos não parboilizados e um tipo polido/brunido do grão. O objetivo é garantir o abastecimento de arroz após as enchentes no Rio Grande do Sul, que respondia por 70% da oferta nacional do produto.

Imposto zerado 2

Para zerar as tarifas, os três tipos de arroz foram incluídos na Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum (Letec) do Mercosul. A medida, informou o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), foi pedida pelo Ministério da Agricultura e Pecuária e pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Imposto zerado 3

A decisão do Gecex/Camex será oficializada em uma resolução que será publicada no Diário Oficial da União até a próxima quinta-feira, dia 23. A medida será válida até 31 de dezembro, mas a Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Mdic irá monitorar a situação para reavaliar o período de vigência, caso necessário.

Férias coletivas 1

A Volkswagen colocou nessa segunda-feira, dia 20, em férias coletivas de dez dias, funcionários das fábricas da Anchieta, de São Bernardo do Campo (SP), Taubaté (SP) e São Carlos (SP). De acordo com a montadora, a paralisação foi necessária devido ao impacto na produção causado pelos alagamentos no Rio Grande do Sul. "Alguns fornecedores de peças da Volkswagen do Brasil, com fábricas instaladas no estado, estão impossibilitados de produzir nesse momento", informou a empresa em comunicado.

Férias coletivas 2

Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista, a medida inclui 4 mil trabalhadores ligados à produção. A Volks conta com 49 fornecedores no Rio Grande do Sul.

Férias coletivas 3

Além da Volks, a Mercedes, que tem 39 fornecedores no Rio Grande do Sul, fez uma parada de dois dias (9 e 10 de maio). Já a Scania, com 20 fornecedores no RS, não parou.

Após medidas do Governo, setor siderúrgico anuncia R\$ 102 bi em investimentos

Expectativa é de que a iniciativa melhore a competitividade, promova a descarbonização e gere empregos e renda

YOUSEFE SIPP
yousefe.sipp@redebeneews.com.br

O setor siderúrgico promete investir R\$102 bilhões até 2028. O anúncio foi feito na segunda-feira, dia 20, durante reunião no Palácio do Planalto, em Brasília (DF). Estiveram presentes o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, alguns ministros e representantes da indústria do aço.

Alckmin explicou que a movimentação da pasta foi para conter a importação de aço, que aumentou significativamente nos últimos anos, causando ociosidade na indústria siderúrgica nacional. Para combater o problema, foram implementadas medidas de defesa comercial, incluindo cinco mecanismos antidumping. Segundo o vice-presidente, há mais de dez investigações em andamento.

"Adotamos uma medida inédita no Brasil, fixando uma cota baseada na média das importações de 2020, 2021 e 2022, acrescida de 30%. Até esse limite, não haverá aumento no



Ricardo Stuckert/PR

O anúncio foi feito durante reunião no Palácio do Planalto, que contou com as presenças de Lula, Geraldo Alckmin e de alguns ministros, além de representantes do setor siderúrgico

imposto de importação, que é de 12 a 13%. O que exceder esse valor terá um imposto de 25%", detalhou Alckmin.

Medidas antidumping são regras que protegem a indústria nacional contra produtos importados vendidos a preços muito baixos. Elas são aplicadas quando se comprova que essas importações baratas prejudicam as empresas locais.

A expectativa do Governo é de que esses investimentos melhorem a competitividade, promovam a descarbonização e gerem empregos e renda no país.

O presidente Lula acredita que a iniciativa vai impulsionar e ajudar na retomada da construção de ferrovias nacionais, estimulando a produção de trilhos e outras ferramentas necessárias para o setor. "O nosso problema não é apenas a importação de aço da China, que é grave. O problema maior é que nossa indústria parou de crescer", afirmou.

De olho no Legislativo

Geraldo Alckmin afirmou ainda que o Governo Federal espera que

a Câmara dos Deputados vote o projeto de lei do Mover (Programa de Mobilidade Verde e Inovação) nesta terça-feira, dia 21.

Criado em dezembro do ano passado, o programa destina mais de R\$ 19 bilhões em incentivos ao setor automotivo. São 69 empresas habilitadas com projetos de novos produtos, novas linhas de montagem e pesquisa e desenvolvimento, focados na descarbonização, privilegiando a fabricação de veículos híbridos e elétricos. A duração do Mover é de cinco anos.

Comissão da Câmara debate burocracia no setor portuário

Segundo requerimento, objetivo é entender por que o Governo cortou parte dos recursos destinados a portos e hidrovias

YOUSEFE SIPP
yousefe.sipp@redebeneews.com.br

A Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados realiza nesta terça-feira, dia 21, uma audiência para debater os desafios e entraves burocráticos enfrentados pelo setor portuário brasileiro.

O requerimento foi feito pelo deputado Gilberto Abramo (Republicanos-MG), com o objetivo de entender por que, mesmo com o crescimento das exportações de produtos brasilei-



Sergio Francês/MPor

O secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Alex Ávila, é uma das autoridades esperadas na audiência promovida pela Comissão de Viação e Transportes

52,29 milhões do orçamento da pasta responsável pela execução desses investimentos.

Confirmaram presença na audiência o secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Alex Ávila, representando o Ministério de Portos e Aeroportos; o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Eduardo Nery; e o presidente do Instituto Brasileiro de Infraestrutura (IBI), Mario Povia, além de autoridades e especialistas do setor.

ros, o Governo cortou parte dos recursos destinados aos portos e hidrovias do país. Segundo o parlamentar, em fevereiro de

2024 o Governo Federal anunciou investimentos de aproximadamente R\$639 milhões no setor, mas em março cortou R\$

NACIONAL

Passagens aéreas comerciais para Canoas começam a ser vendidas hoje

Base Aérea da cidade gaúcha passa a receber voos semanais enquanto o Aeroporto de Porto Alegre permanece inoperante

MARÍLIA SENA
marilia.sena@redebnews.com.br

O Ministério de Portos e Aeroportos informou que a partir desta terça-feira, 21, a Base Aérea de Canoas, no Rio Grande do Sul, passa a receber voos comerciais. Ao todo, serão 18 novos voos semanais. O anúncio foi feito pelo ministro Silvio Costa Filho após reunião no Palácio do Planalto com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na segunda-feira, 20.

De acordo com Costa Filho, o intuito é começar com cinco voos diários e ir aumentando gradativamente. A Fraport, concessionária que administra o Aeroporto de Porto Alegre, vai operar provisoriamente na base aérea.

“A Fraport vai assumir a operação do Aeroporto de Canoas, para, no primeiro momento, nós termos disponíveis



De acordo com o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, a ideia é que a Base Aérea de Canoas comece com cinco voos diários e vá aumentando gradativamente

até cinco voos diários nessa primeira semana, e a partir de amanhã (terça-feira), as companhias aéreas já começam a vender os bilhetes das passagens para a gente poder ampliar a

aviação comercial do estado do Rio Grande do Sul”, informou o titular da pasta.

Com o novo anúncio, ao todo serão 134 voos para o acesso ao Rio Grande do Sul. São eles:

- Aeroporto de Caxias do Sul - 39 voos semanais
- Aeroporto de Santo Ângelo - seis voos semanais
- Aeroporto de Passo Fundo - 21 voos semanais

- Aeroporto de Pelotas - seis voos semanais
- Aeroporto de Santa Maria - três voos semanais
- Aeroporto de Uruguaiana - três voos semanais
- Base Aérea de Canoas - 35 voos semanais
- Aeroporto de Florianópolis (SC) - 14 voos semanais
- Aeroporto de Jaguaruna (SC) - sete voos semanais

O Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, permanece com as operações paralisadas por tempo indeterminado. A maioria dos novos voos terão como destinos os aeroportos de Curitiba (PR) e São Paulo (SP). Os voos serão operados pelas companhias Azul, Latam, Gol e Voe-pass.

A malha emergencial vai suprir apenas 17% da demanda do Salgado Filho. O principal terminal do Rio Grande do Sul é o nono mais movimentado do país com média semanal de 100 mil passageiros.

Setor solidário

O BE News tem divulgado todos os dias a iniciativa de órgãos públicos, empresas e entidades ligados ao setor de portos, infraestrutura, transporte e logística para ajudar as vítimas das enchentes que devastaram o Rio Grande do Sul.

Esse trabalho é parte da ação integrada de comunicação lançada pelo Grupo Brasil Export em parceria com o Ministério de Portos e Aeroportos, com o propósito de mostrar como o setor de portos, logística, infraestrutura e transportes vem dando sua contribuição para o processo de reconstrução do estado, que promete ser longo.

Na edição de hoje reproduzimos as postagens feitas no Instagram feitas pela siderúrgica Gerdau (mais informações em @gerdau), pela Klabin, do ramo de celulose (@klabin.sa) e pelas empresas de logística Dux Logistics (@goduxoficial) e Amex Logistics (@amexlogistics).

#TamoJuntoRS

Fundo de habitação para reconstrução em apoio ao RS

A **Gerando Falcões** e a **Gerdau** se unem e convocam as empresas para fazerem parte do fundo que vai mobilizar recursos com foco em habitação na etapa de reconstrução, devido à tragédia no Rio Grande do Sul.

Liderança: GERANDO FALCÕES

Apoio: GERDAU O futuro se molda

#CadaAtitudeConta JUNTOS PELO RS

Existem vários caminhos para apoiar as vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul.

Doe:

- Água
- Material de higiene pessoal
- Roupas em bom estado de uso
- Produtos de limpeza

O RIO GRANDE DO SUL PRECISA DE AJUDA! SAIBA COMO AJUDAR JUNTO COM A DUX!

dux

AMEX LOGISTICS

PRAY FOR RS

REGIÃO SUL

Governo emite alerta para “inundação severa” em municípios do RS

Descarga de água do Lago Guaíba para a Lagoa dos Patos preocupa cidades do extremo sul do estado

Amanda Perobelli/Reuters via Agência Brasil

YOUSEFE SIPP
yousefe.sipp@redebeneews.com.br

A semana promete ser de muita atenção para o Rio Grande do Sul. O governo gaúcho emitiu na segunda-feira (20) um alerta de inundação severa para municípios do extremo sul do estado, devido à descarga de água do Lago Guaíba, que está descendo para a Lagoa dos Patos e já se aproxima das cidades próximas.

“Na zona sul, ainda há a possibilidade de aumento do volume de água, o que pode provocar ainda mais desabrigados. Só poderemos ter um cenário mais claro quando a água for expulsa da região metropolitana e baixar na Zona Sul”, afirmou o ministro-chefe da Secretaria Extraordinária de apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, Paulo Pimenta.

Já são 157 pessoas mortas após as fortes chuvas que atingiram o estado. A tragédia climática, que já dura mais de três



semanas, afetou cerca de 2,3 milhões de pessoas em 463 municípios. Mais de 76 mil pessoas estão em abrigos e 581 mil estão desalojadas, abrigando-se na casa de parentes ou amigos.

A previsão do tempo para a semana indica ainda grandes volumes de chuva para o Rio Grande do Sul entre terça-feira (dia 21) e quinta-feira (dia 23), por causa da chegada de uma nova massa de ar frio, com ventos fortes e ar polar.

Os alertas são para possíveis extravasamentos da calha de rios menores, arroios e córregos onde a chuva apresentará elevada intensidade nas regiões da metade sul, centro e noroeste do estado. Ainda seguem elevados os níveis dos rios Jacuí, Sinos e Gravataí, todos acima da cota de inundação.

Infraestrutura

De acordo com o último boletim da Defesa Civil do Rio Grande do Sul, divulgado às 12h desta segunda-feira (21), são 81 trechos com bloqueios totais e parciais em 47 rodovias, incluindo estradas, pontes e balsas.

No transporte aéreo, o Aeroporto Internacional Salgado Filho é o único com operações suspensas. Nos portos, o do Rio Grande segue operando normalmente, enquanto os portos de Pelotas e Porto Alegre estão com as atividades paralisadas.

Na reunião do Comitê Técnico da Indústria de Baixo Carbono foi instalado um grupo de trabalho sobre energia eólica, que visa fomentar o desenvolvimento industrial do setor

A tragédia climática, que já dura mais de três semanas, afetou cerca de 2,3 milhões de pessoas em 463 municípios do Rio Grande do Sul, causando a morte de 157 pessoas

Nas redes sociais, o superintendente do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, Hiratan Pinheiro, destacou alguns dos trabalhos do órgão que estão sendo realizados no estado.

“Durante a semana, realizamos diversas melhorias nos caminhos assistenciais, como a pavimentação do bueiro da BR-290, no quilômetro 132, onde conseguimos concluir a pavimentação, melhorando assim a trafegabilidade. As águas em São Leopoldo baixaram, possibilitando a liberação em dois sentidos. Os trabalhos continuam na BR-470, na região de Veranópolis e Bento (Gonçalves), com jateamento em concreto para proteção da plataforma da rodovia. Na BR-116, é necessário monitorar o horário de trafegabilidade da via, das 07h às 17h, devido à grande instabilidade da encosta”, detalhou Hiratan.

NACIONAL

Governo instala Grupo de Trabalho para debater descarbonização da indústria

Objetivo da equipe é debater metas no contexto dos compromissos firmados pelo Brasil no Acordo de Paris

Da Redação
redacao.jornal@redebeneews.com.br

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) instaurou um Grupo de Trabalho do Plano Setorial de Mitigação de Gases de Efeito Estufa – Setor Indústria, durante reunião do Comitê Técnico da Indústria de Baixo Carbono, que ocorreu na sexta-feira, dia 17.

Coordenado pela Secretaria de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria, o GT irá debater e ajudar a estabelecer as metas de descarbonização da indústria no contexto dos compromissos firmados pelo Brasil no Acordo de Paris. O objetivo de construir um plano que seja aplicável pelo

setor privado, por isso o grupo tem representantes da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e das Federações das Indústrias dos Estados de São Paulo (Fiesp) e Minas Gerais (Fiemg), além de representantes dos seis setores industriais que mais emitem: cimento, papel e celulose, alumínio, aço, química e vidro. Atualmente, a indústria é responsável pela emissão de 6% do total de gases de efeito estufa emitidos pelo Brasil. Deste valor, 85% são disseminados pelos setores que participam do GT.

Os resultados do GT serão apresentados ao Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), órgão responsável pela criação do Plano Clima, até novembro. O documento orientador para que o Brasil mantenha o ritmo de redução



Divulgação

Na reunião do Comitê Técnico da Indústria de Baixo Carbono foi instalado um grupo de trabalho sobre energia eólica, que visa fomentar o desenvolvimento industrial do setor

(Aneel).

De acordo com dados da Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias (ABEEólica), o setor possui 31,1 GW de capacidade instalada em operação comercial e teste, com 11.183 aerogeradores em operação em 12 estados, sendo responsável por mais de US\$ 48 milhões em investimentos entre 2012 a 2023.

“O GT é um instrumento indispensável para entender o atual contexto do setor no Brasil e construir propostas para promover um novo ciclo de desenvolvimento desse segmento com menor pegada de carbono”, afirma o secretário da SEV, Rodrigo Rollemberg.

do desmatamento e para a transição para a economia de baixo carbono rumo à neutralidade climática deve ser publicado em 2025 pelo MMA.

Eólicas

Na reunião do comitê também foi instalado um grupo de traba-

lho sobre energia eólica no Brasil, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento industrial desse setor.

A energia eólica é a segunda maior fonte de energia renovável para a matriz elétrica nacional, auxiliando com 14,8% do total, segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica

REGIÃO SUDESTE

Sindicato dos Portuários do Rio classifica Parque do Porto como “irreal”

Presidente da entidade, Sérgio Giannetto afirmou que prefeitura precisa ter cautela com o projeto, que pode prejudicar operações portuárias na cidade

JÚNIOR BATISTA
junior.batista@redenebenews.com.br

O presidente do Sindicato dos Portuários do Rio de Janeiro, Sérgio Giannetto, classificou como “irreal” o projeto divulgado pela prefeitura da cidade para a construção do Parque do Porto.

A ideia é criar uma nova orla de convívio público, lazer, cultura e eventos para o Rio, abrindo ao uso da população a frente marítima da zona portuária. Com construção prevista para acontecer em duas etapas, o projeto inclui um novo píer para embarque e desembarque de navios de cruzeiro. A proposta integral prevê o trecho da orla que se estende das imediações do Píer Mauá até a frente do Armazém 18.

“Esse projeto vai acabar com qualquer operação do porto até o Armazém 18. Eu respeito o prefeito Eduardo Paes e acredito que ele tem boas ideias, mas este projeto pegou os empresários de surpresa e quero crer que ele esteja mal informado sobre isso”, explicou Giannetto, que afirmou não ter sido procurado ainda pelo chefe do Executivo para tratar do projeto.



Divulgação/Prefeitura do Rio de Janeiro

De acordo com a Prefeitura do Rio de Janeiro, o projeto está sendo negociado com o Governo Federal para cessão de áreas da União e adequação das atividades portuárias

De acordo com a Prefeitura, o projeto está sendo negociado com o Governo Federal para cessão de áreas da União e adequação das atividades portuárias. O executivo afirmou, em nota, que o projeto ainda está em fase conceitual e a Prefeitura ouvirá o sindicato, assim como diversas outras instituições, ao longo do processo. Porém, disse que ainda não há data para este encontro.

Conforme um vídeo divulgado pelo prefeito em suas redes sociais, o Parque do Porto incluirá espaços destinados a atividades culturais e esportivas, áreas de convivência, ciclovias e será conectado a um novo píer para navios de turismo. No entanto, ainda não foram divul-

gadas estimativas de investimento, a origem dos recursos, nem a previsão de início das obras. O terreno, pertencente à União, necessitará de um acordo com o governo federal para viabilizar o projeto.

Reformas

A revitalização da área portuária começou em 2009 com a implementação da Lei Municipal 101, que instituiu a operação urbana consorciada conhecida como Projeto Porto Maravilha. Este projeto tem como objetivo realizar intervenções estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental em parceria com a iniciativa privada e os usuários locais. Entre as

obras já realizadas destacam-se a demolição do elevador da Perimetral e a reforma da Praça Mauá, que agora abriga o Museu do Amanhã e o Museu de Arte do Rio (MAR).

Um dos objetivos centrais do Projeto Porto Maravilha é a ocupação habitacional, com vários edifícios residenciais sendo construídos nos últimos anos. Durante as escavações para as obras, foram descobertos vestígios do Cais do Valongo, o principal porto de desembarque de africanos escravizados nas Américas durante os séculos 18 e 19. Este sítio arqueológico foi transformado em um monumento histórico aberto ao público e, em 2017, foi reconhecido como patrimô-

nio cultural mundial pela Unesco.

Segundo o prefeito Eduardo Paes, a inspiração para a nova orla do Rio vem do Parque do Flamengo, porém, sem aterramentos para não haver impactos ambientais negativos. “A gente quer fazer um parque absolutamente inovador, trabalhar com a questão da sustentabilidade, de como podemos adaptar (o parque) inclusive às questões de elevação do mar. Por isso falamos em parque flutuante. A ideia é ganhar um espaço público urbano de enorme qualidade”, conta o prefeito.

Numa segunda etapa, o Parque do Porto aproveitaria ainda o potencial das Ilhas de Santa Bárbara e da Pompeba, que ficam localizadas nesta região da Baía de Guanabara, e seriam agregadas à nova área pública. Esta segunda etapa demanda negociações mais amplas, uma vez que as ilhas da Baía de Guanabara pertencem à União. A Prefeitura do Rio negocia com o Governo Federal a cessão delas para o projeto. Elas seriam recuperadas ambientalmente e absorvidas pelo conceito do Parque do Porto. Uma das ideias que está em discussão é a criação de um museu a céu aberto para esculturas e obras monumentais na Ilha da Pompeba, uma espécie de Inhotim carioca, que seria visitada por um serviço de barcos saindo do cais.

Sopesp lança programa de TV com transmissão pela TV BE News

Dedicado exclusivamente ao setor portuário, o “Conexão Sopesp” estreia no próximo dia 28

Da Redação
redacao.jornal@redenebenews.com.br

O Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp) lançará na próxima terça-feira, dia 28, o programa de TV “Conexão Sopesp”, dedicado exclusivamente ao setor portuário, com transmissão pela TV BE News.

Fruto de uma parceria com a Rede BE News, o programa será apresentado pela jornalista Vanessa Martins e contará

com a participação do diretor-executivo do Sopesp, Ricardo Molitzas. Juntos, eles têm a missão de oferecer ao público, especialmente àqueles que não fazem parte da comunidade portuária, uma visão abrangente das diversas atividades, iniciativas e ações realizadas nos portos.

Cada episódio contará com a presença de um associado do sindicato, que compartilhará a história da sua empresa, suas expectativas e desafios, proporcionando uma compreensão mais profunda do funcionamento dos portos e do papel crucial



Reprodução

O “Conexão Sopesp” será transmitido todas as terças-feiras, às 19h30, com apresentação de Vanessa Martins e participação do diretor-executivo do sindicato, Ricardo Molitzas

(SP), investimentos em infraestrutura portuária e a importância da capacitação da mão de obra para a modernização do setor.

O “Conexão Sopesp” será transmitido todas as terças-feiras, às 19h30, logo após o telejornal BE News 19 horas. Para assistir, acesse o canal da emissora no YouTube (@tv_benews) ou o Portal BE News (www.portalbenews.com.br).

que desempenham no desenvolvimento econômico e social da região.

Na edição de estreia, o con-

vidado será Regis Prunzel, presidente do Sopesp, que falará sobre a história da entidade, sua atuação no Porto de Santos

Nova pista da Imigrantes deverá ser concluída em meados de 2030, diz secretário

Rafael Benini também afirmou que o Governo Estadual já terá de pensar em um novo projeto ligando Planalto e Baixada



Divulgação/Alesp

O lançamento da Frente Parlamentar da Terceira Pista foi promovido pela Assembleia Legislativa e realizado na sede da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Santos

CÁSSIO LYRA
cassio.lyra@redebnews.com.br
PAULO JOSÉ RIBEIRO
paulo.ribeiro@redebnews.com.br

O secretário de Parcerias em Investimentos do Estado de São Paulo, Rafael Benini, revelou que a expectativa de entrega da terceira pista da Rodovia dos Imigrantes, que liga o Planalto à região da Baixada Santista, aconteça em meados de 2030. Além disso, ainda de acordo com o secretário, será preciso pensar em um projeto para um novo sistema viário entre o Litoral e a Capital.

O Governo do Estado, através da pasta de Parcerias em Investimentos, autorizou à concessionária do Sistema Anchieta-Imigrantes (SAI), a Ecovias, no início do ano, para co-

meçar os estudos para elaboração do projeto executivo da obra viária.

Durante o evento de lançamento da Frente Parlamentar da Terceira Pista do Sistema Anchieta-Imigrantes, promovido pela Assembleia Legislativa (Alesp) e realizado na sede da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Santos (AEAS), Benini adiantou os próximos passos referentes à obra.

“O pedido do Governo do Estado à concessionária para implantação do projeto executivo são dois anos desse processo. Então deve ficar pronto no começo de 2026. Depois, teremos negociações do termo aditivo, como vamos pagar a obra. Em quatro anos a obra fica pronta. Então, em meados de 2030 devemos ter essa obra pronta”, comentou o secretário.

De acordo com Benini, a nova implantação de ligação rodoviária entre Planalto e Baixada Santista servirá para dar uma maior flexibilidade à logística dos veículos que acessam o Sistema Anchieta-Imigrantes, principalmente para os cami-

nhões, que terão um novo acesso para chegar ao Porto de Santos, o maior do país.

“Vamos precisar de uma alocação de dinheiro no orçamento para execução do projeto executivo, que deve custar dezenas de milhões de reais. Nós estamos falando em maior flexibilidade. Primeiro, na logística com mais uma descida para os caminhões, que só podem descer pela Anchieta. O sistema funciona sob estresse, mas quando se tem acidentes, ela trava de uma maneira em que se fica horas parado. Com a nova pista, vai melhorar muito a fluidez”, pontuou.

Com a elaboração do projeto e prazos previamente definidos, o Governo do Estado acredita que novas ligações rodoviárias serão necessárias.

“Importante dizer que essa obra não é o fim. A gente precisa pensar na próxima (ligação rodoviária). É uma obra que já deveria ter acontecido, que estamos tentando fazer agora, e temos que pensar já no próximo projeto. Essa obra não vai resolver todo o problema da

Baixada”, completou.

Via Verde

Durante o evento, membros da diretoria da AEAS e do Instituto de Engenharia levantaram o tema para a recuperação do projeto da chamada Via Verde, um novo viário a partir do município de Suzano, com conexões ao Rodoanel Leste, na Capital, e com a Cônego Domênico Rangoni, visando atender os terminais da margem esquerda.

O diretor-geral de concessões da EcoRodovias, Rui Klein, fez uma apresentação de como a concessionária vai trabalhar para a execução do projeto. Segundo o executivo, o traçado ainda não foi definido, mas espera-se que o novo viário seja reversível, podendo atender tanto a subida quanto a descida de cargas para o Porto de Santos.

“A vocação que a gente imagina nos dois sentidos é que seja reversível, para que atenda bem o balanceamento do sistema. Esse é o nosso intuito e os estudos vão validar isso. Para

que a gente possa descer as cargas e também levá-las até o planalto, combinando com os volumes de veraneio durante os feriados”, explicou.

Ainda de acordo com Rui Klein, a ideia é que o novo viário saia do topo da Serra até a Interligação na Baixada, entre Santos e Cubatão, com possíveis acessos diretos à margem esquerda, pela Cônego Domênico Rangoni.

Expansão

O presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, também revelou os planos de expansão do complexo marítimo, que vão de encontro à necessidade de melhores acessos para chegada e saída de cargas.

“De nada adianta o Porto de Santos investir em obras de infraestrutura se não tiver condições e modais adequados para escoarmos os produtos para o interior do estado e do país. Essa terceira pista chega, pelo menos em seu início, em excelente hora”, explicou.